



DA HISTÓRIA (NÃO) CONTADA À FABULAÇÃO CRÍTICA: POSSIBILIDADES DE UM RECRIAR DE HISTÓRIAS DE MULHERES NEGRAS

***DE LA HISTORIA (NO CONTADA) A LA FABULACIÓN CRÍTICA:
POSIBILIDADES DE RECREAR LAS HISTORIAS DE LAS MUJERES NEGRAS***

***FROM (UN) TOLD HISTORY TO CRITICAL FABULATION:
POSSIBILITIES OF RECREATING STORIES OF BLACK WOMEN***

Juliana Farias Santos¹

RESUMO

Este artigo pretende apontar algumas considerações e problemáticas sobre a construção de uma “história única” sobre as mulheres negras. Para tanto, parti de uma pesquisa pós-estruturalista e seus desdobramentos contemporâneos, com sensibilidade analítica da fabulação crítica. Perpassando por autores e autoras do campo da História, como Márcia D’Alessio (2006), Pierre Bourdieu (1989), Mary Beard (2018) René Rémond (2003), entre outros e outras, para pensar a história como algo mutável, em constante movimento. Assim, me aproximando da fabulação crítica (Saidiya Hartman, 2021), busco um repensar dos discursos históricos sobre as mulheres negras, analisando brevemente, três imagens e as narrativas que as permeiam. Recriar histórias, ou mesmo ter a possibilidade de contá-las, pode promover uma nova forma de aproximação com histórias invisibilizadas, apagadas ou mesmo esquecidas pela “história única”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Fabulação crítica. Mulheres Negras. História.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar algunas consideraciones y cuestiones relativas a la construcción de una “historia única” sobre las mujeres negras. Para ello partí de la investigación postestructuralista y sus desarrollos contemporáneos, con sensibilidad analítica a la fabulación crítica. Recorriendo autores del campo de la Historia, como Márcia D’Alessio (2006), Pierre Bourdieu (1989), Mary Beard (2018), René Rémond (2003), entre otros, para pensar la historia como algo cambiante, en constante movimiento. Así, acercándome a la fabulación crítica (Saidiya Hartman, 2021), busco repensar los discursos históricos sobre las mujeres negras, analizando brevemente tres imágenes y las narrativas que las permean. Recrear historias, o incluso tener la posibilidad

¹ Mestre e Doutoranda em Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

de contarlas, puede promover uma nueva forma de abordar historias invisibilizadas, borradas o incluso olvidadas por la “historia única”.

PALABRAS-CLAVE: Educación. Fabulación crítica. Mujeres negras. Historia.

ABSTRACT

This article aims to point out some considerations and issues regarding the construction of a “single history” about black women. To this end, I started from a post-structuralist research and its contemporary developments, with an analytical sensitivity of critical fabulation. I go through authors from the field of History, such as Márcia D’Alessio (2006), Pierre Bourdieu (1989), Mary Beard (2018), René Rémond (2003), among others, to think of history as something changeable, in constant movement. Thus, approaching critical fabulation (Saidiya Hartman, 2021), I seek to rethink historical discourses about black women, briefly analyzing three images and the narratives that permeate them. Recreating stories, or even having the possibility of telling them, can promote a new way of approaching stories that have been made invisible, erased or even forgotten by the “single history”.

KEYWORDS: Education. Critical fabulation. Black women. History.

Introdução

Tendo como objetivo apontar algumas considerações e problemáticas sobre a construção de uma “história única” sobre as mulheres negras e seus desdobramentos, comecei a pensar nas produções “históricas”, que muitas vezes nos lançam em narrativas de cunho “verdadeiro”, legítimo e válido. A provocação desta escrita foi na contramão da proposta de uma história única. Assim como sinaliza Chimamanda Adchihe (2019) é impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Esse poder de criar uma história única é a habilidade tanto de contar a história de outra pessoa quanto de fazer com que esta seja sua história – a história definitiva.

Evitando cair aqui nas armadilhas epistêmicas, procurei não escorregar no campo da História. Também não foi minha intenção me aprofundar nessa área; para tanto, dialoguei com alguns autores e autoras que foram apresentados na disciplina *História e Poder*, cursada por mim, de maneira optativa, no início do doutorado em Educação. Sentindo-me uma estranha em terrenos outros, em alguns momentos das aulas fui realizando resgates sobre o que eu sentia e conhecia por História enquanto disciplina. As contribuições dos docentes, bem como as discussões ocorridas com as alunas e os alunos da turma, fizeram emergir alguns remeximentos: A História pode ser recriada? Recontada? Ressignificada?

Tais inquietações foram emergindo tanto nas aulas quanto nas lembranças do, até então, conhecimento escolar sobre História. Fui rememorando alguns pontos e percebendo - aqui dando ênfase às representações sobre pessoas negras nos livros didáticos dessa disciplina- que, ao longo do tempo, essas imagens foram se modificando, outros discursos foram surgindo, outras representações foram se revelando.

Provocando, junto a Adiche (2019), precisamos rejeitar a ideia de uma história única. Só assim iremos perceber que não existe história única sobre nenhum lugar, nem sobre nenhuma pessoa. A pluralidade de narrativas fortalece a história, pois reconhece as múltiplas percepções e experiências que constituem o passado e continuam moldando o presente. Essas reflexões me levaram a pensar sobre quais histórias foram autorizadas a permanecer e quais foram silenciadas.

A construção da História se pautou, durante muito tempo, nos discursos de histórias únicas - da invenção dos “grandes homens”, dos grandes nomes, dos heróis, dos povos considerados “mais evoluídos” que outros. Tais discursos atravessaram séculos e se desdobraram nas vivências de pessoas que, neste mesmo período, viveram à margem, fora do centro da teia do que foi pensado como “ideal” normativo. Aqui, pretendi propor um repensar. Quis que fosse uma desconstrução – e talvez ainda seja- mas guardarei essa ânsia para movimentos futuros.

Esta escrita - nem totalmente verdadeira, muito menos única - foi dividida em quatro partes. Na primeira, apresentei minhas inquietações iniciais. Em seguida, trouxe a aposta metodológica para este trabalho: fabulação crítica (Hartman, 2021). A fabulação crítica é uma metodologia que busca dar forma e movimentos às vidas que foram apagadas, esquecidas ou mal representadas pelos registros oficiais. Essa metodologia reconhece a ausência como um espaço fértil para narrar possibilidades, criando histórias outras que resistem à lógica da história única. Foi nas brechas das representações imagéticas sobre mulheres negras que busquei aplicar metodologicamente a fabulação crítica. Não se trata de inventar, mas de fabular como estratégia de reflexão, reparação e reinvenção de outros modos possíveis de narrar histórias.

No momento seguinte, desenvolvi um desdobramento da metodologia em diálogo com autores e autoras discutidos ao longo da disciplina *História e Poder*, destacando aquelas cujas contribuições me interessaram diretamente para a composição desta escrita. Nas considerações finais, apontei movimentos pertinentes para um repensar da História. Por meio - e a partir- do campo educacional, apostei nas mais diversas possibilidades de repensar, recriar e recontar outros discursos.

Desenvolvimento

Nas aproximações com o campo da História Política e suas contribuições para saberes e com os fazeres históricos, Márcia D'Alessio (2006) sinaliza que a historiografia do século XIX trouxe à tona questões políticas vinculadas à nação burguesa, destacando as histórias dos grandes heróis, dos reis e dos militares, como uma narrativa que precisava ser contada, legitimada e validada dentro dos discursos que circulavam na sociedade – aqui, com ênfase na sociedade brasileira-, perpetuando-se por muitos anos como uma história que lembrava apenas dos chamados “grandes”.

A história única cria estereótipos, e o problema com eles é que são incompletos, fazendo com que uma narrativa se torne a única versão sobre determinados fatos (Adiche, 2019). Quantas vezes, na história contada nas escolas, por exemplo, ouvimos falar sobre o protagonismo das pessoas negras no processo que se convencionou chamar de “colonização”? Por séculos, no Brasil, a imagem construída sobre pessoas negras foi fortemente atrelada ao processo de escravização, vinculada também aos trabalhos braçais e a funções secundarizadas. Como já sinalizava Lélia González (2020, p.44) os estereótipos difundidos a respeito dessas pessoas – como, por exemplo, “passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc.”- contribuíram para que tais discursos se perpetuassem e fossem tomados como “verdades únicas”.

Pierre Bourdieu (1989) sinaliza que as ideologias servem a interesses particulares, os quais se apresentam como se fossem interesses universais. Isso pode instigar reflexões importantes: Quem produziu esses discursos? Quais interesses foram impregnados neles? Como estes discursos se efetivaram nos corpos das pessoas e no imaginário social? Segundo o autor, a cultura dominante contribuiu para a integrar e legitimar a chamada “classe dominante”, promovendo, ao mesmo tempo, a desmobilização das “classes dominadas”, gerando a promoção de uma integração fictícia da sociedade, na qual as desigualdades são naturalizadas, e os poderes, hierarquizados e legitimados.

Essa lógica reforça estruturas de exclusão, sustentadas por discursos, que, muitas vezes, se apresentam como universais, mas que operam em favor da manutenção de privilégios. Os espaços onde esses discursos se consolidam – como exemplo, a história ensinada nas escolas, os currículos, meios de comunicação – moldam subjetividades e perpetuam percepções de mundo que beneficiam certos grupos em detrimento de outros.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.[...] a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu, 1989, p. 15, grifos meus).

Nota-se na citação acima que o autor aponta para a efetividade do que chama de “poder simbólico” e como este se manifesta de maneira sutil, sendo muitas vezes modificado para ser considerado “válido e legítimo”. Ressalta-se ainda que esse poder não atua de maneira isolada: o poder simbólico se articula com outras formas de violências, por vezes sutis, mas profundamente danosas aos corpos e à sociedade-conscientemente ou não- compactua com a validação desses discursos. Aqui, enfatizo essas “validações” dos discursos produzidos sobre os corpos de pessoas negras, por ser a fio condutor desta escrita.

A aposta em trazer a fabulação crítica, foi para que esta opere como uma ferramenta de desmobilização ao poder simbólico, se este atua para consolidar versões únicas da história e reforçar estruturas hierárquicas de representação, a fabulação crítica propõe fraturas, fissuras e brechas nesse regime de verdade, abrindo espaço para memórias que foram interditadas e subjetividades historicamente silenciadas. Nesse sentido, a fabulação crítica é uma forma de insurgência simbólica, que desafia os mecanismos de validação e os critérios de legitimidade impostos por uma cultura dominante.

Entre o final do século XIX e início do século XX, os discursos sobre a história foram utilizados para legitimar projetos de poder. Segundo D’Alessio (2006), no fim do século XX, fatos políticos alteraram a forma como os grupos se relacionavam, trazendo o exemplo a pesquisa de Pierre Nora (1970), que abordava a história contada pela televisão e como isso modificava as ações humanas, bem como seus costumes e tradições. Atualizando um pouco mais a pesquisa citada, percebe-se que, ainda hoje, as mídias- não mais apenas a televisão, as emissoras de rádio, os jornais e as revistas, mas também as redes sociais – influenciam diretamente as formas de pensar, sentir e agir. Tais redes, com as quais temos o contato constante por meio de aparelhos eletrônicos que possibilitam acesso imediato, produzem discursos que também modificam as ações humanas e causam efeitos reais, mesmo sendo produzidos em meios virtuais.

Refletindo sobre a questão da história escrita em tempos, D’Alessio (2006) também aponta para o tempo linear proposto pela Escola Metódica e como os

pesquisadores da Escola dos Annales, por exemplo, questionaram essa concepção de tempo sucessivo, centrada em fatos curtos, pontuais e cronológicos, criticando a história positivista, propondo outras formas de compreender a temporalidade: tempo médio (conjunturas- possíveis de serem percebidas por ocorrerem no espaço das vidas humanas) e o tempo longo (estruturas- imperceptíveis e naturalizadas). Foi possível perceber uma mudança de perspectiva em relação aos tempos históricos; no entanto, aqui ainda provoquei uma reflexão sobre aqueles tempos – e não apenas eles - que não foram registrados pela História e, consequentemente, também não foram contados.

“A volta dos sujeitos na feitura da história, flexibilizando a rigidez [...] humanizou a história, politizando-a” (D’Alessio, 2006, s/p.). Para a autora, o retorno da História Política, propondo não apenas as histórias dos grandes heróis, mas também as histórias dos sujeitos anônimos e das grandes massas, expandiu a noção de política. Isso possibilitou uma nova reflexão sobre a história, e outras possibilidades de registros começaram a emergir. Dessa forma, novas pesquisas passaram a ser desenvolvidas, promovendo também outros resultados e fazendo surgir outros modos de vida que já existiam, mas que até então não eram incorporados ao campo da História dos “grandes nomes”.

Outro autor trazido aqui é o René Rémond (2003), que destacou como o movimento de resgate dos “esquecidos da história”, inspirou um desejo de reparação e restituição de um lugar de direito, previamente negado por uma história contada e escrita por um único viés. O autor afirma que o historiador é sempre produto de seu tempo, e emprega em seus registros os postulados de sua época, conforme seus interesses, ou dos grupos que o influenciam. Desse modo, torna-se interessante investigar “a história da história” (Remond, 2003), que carrega consigo rastros e apagamentos das transformações sociais, assim como as oscilações do movimento das “ideias” – por muito tempo consideradas como forças motrizes da humanidade.

Como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo (Remond, 2003, p. 14).

Remond (2003) destaca a importância de considerar as mudanças tanto no meio político quanto naquilo que ele chama de “espírito dos historiadores”, pois são nesses elementos que se encontram as marcas do que é observado e também do olhar de quem

observa - o(a) historiador(a). Cabe destacar, ainda, aquilo que não é registrado: os tons de cinza e as cinzas da história, compreendendo que toda produção histórica é fruto de escolhas e recortes. Esses, por sua vez, podem estar permeados por intenções, interesses e apostas- políticas ou não- que revelam a própria percepção de quem realiza o registro de determinados eventos. Compreender esse percurso permite perceber como certos discursos foram consolidados como legítimos, enquanto outros foram sendo silenciados ou marginalizados, revelando o caráter seletivo, político e ideológico da produção histórica.

Como destaca Marc Bloch (2002) a história escreve o poder, sendo seu horizonte, seu espelho, seu sentido, ela lhe é consubstancial. Assim, para este autor, o(a) historiador(a) deve confrontar as hipóteses dos documentos coletados, tal como fizeram os pesquisadores da Escola dos Annales, que não se contentaram somente com a aliança com outros especialistas, mas integraram também seus próprios métodos e também seus próprios conceitos.

Pensar na história política é muito mais que fazer oposições entre hierarquias e contra- hierarquias (Remond, 2003), mas uma forma de contribuir com os diversos setores da sociedade, aqueles considerados “marginalizados” ou/e os centrados na lógica dos “dominantes”. O que procurei frisar aqui é que quem escreve uma história também deixa registradas as marcas daquilo que o atravessa, que o compõe, que o interessa, ou seja, trata-se de um registro repleto de subjetividades. E é justamente esse caráter subjetivo que produz formas específicas de percepções e afetações sobre aquilo que está ali registrado.

Com o objetivo de levantar algumas considerações e problemáticas sobre a construção da “história única” das mulheres negras, utilizei 3 (três) imagens de mulheres negras, retiradas da internet, na tentativa de promover uma reflexão sobre essas representações, os discursos que as envolvem e como estas podem ser ressignificadas a partir de outras condições de possibilidades. Trata-se de abrir espaços para novos contares e dizeres outros sobre a mulher negra e seus espaços- para além daqueles historicamente previstos e reconhecidos.

Mulheres negras em discursos outros

Trazer à tona os discursos que permeiam corpos de mulheres negras se faz urgente e necessário. Gonzalez (2020) já alertava sobre os efeitos desses discursos nos corpos de

mulheres negras no Brasil, frutos de saberes articulados entre si para elaborar, propagar e disseminar uma imagem da mulher negra associada ao trabalho seja como “escrava do eito” ou “mucama” (Gonzalez, 2020, p.46). Nesse sentido, cabe refletir sobre como tais discursos tiveram efeitos sob esses corpos e também o imaginário social.

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta — trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela.[...] Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2020, p.46, grifos meus).

A autora já abordava as questões de exploração dos corpos de mulheres negras-mas não apenas isso. Gonzalez (2020) também sinaliza os processos de resistência protagonizados por essas mulheres, algo que a chamada “história dos grandes nomes” não registrou em seus escritos. Afinal, a quem interessava reconhecer e documentar o protagonismo do povo negro? E, mais especificamente, o protagonismo de mulheres negras brasileiras?

Nota-se que a autora ainda nos chama atenção para os trabalhos historicamente designados às mulheres negras: “lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas” (Gonzalez, 2020, p.46), evidenciando o que ela denominou de divisão racial e sexual do trabalho. Esse recorte aponta para a sobreposição de marcadores sociais – raça, gênero e classe- que estruturam a forma como essas mulheres foram (e continuam sendo) inseridas no mundo do trabalho.

Diante disso, o que desejo provocar é: Quais lugares sociais as mulheres negras ocupam atualmente? Desde já, ressalto que não se trata aqui de uma tentativa de generalização, mas um convite à reflexão sobre a realidade da maioria das mulheres negras no Brasil. Quais espaços elas acessam? Quais permanecem negados? Como a herança colonial e patriarcal ainda molda as vidas dessas mulheres?

É preciso salientar que essa divisão racial e sexual do trabalho esteve – e ainda está - pautada em discursos racistas e estruturais presentes na sociedade brasileira, muitas vezes de forma sutil, mas também violenta e profundamente perigosa. Ao abordarem

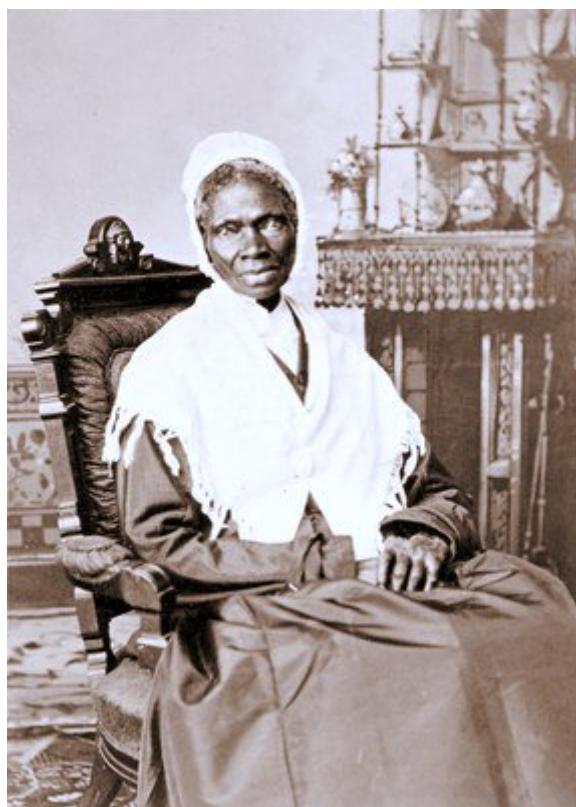
sobre mito da “democracia racial”, muitos discursos acabam por escamotear as violências que atravessam a população negra – e como enfatizo nesta escrita, especialmente as mulheres negras- ignorando as múltiplas formas de opressão às quais elas foram e continuam sendo submetidas.

Como já apontava Lélia Gonzalez (2020), bem como outras autoras do Feminismo Negro, a mulher negra sofre discriminações que atravessam simultaneamente os marcadores de raça, classe e gênero- mas não apenas esses. Há camadas complexas de violências simbólicas, institucionais e estruturais que marcam suas experiências cotidianas. Mobilizar mulheres em torno dos discursos produzidos sobre mulheres- e, aqui, com ênfase nas mulheres negras- é uma urgência política e epistemológica. Não se trata de desconsiderar as pautas trazidas pelos diferentes feminismos, mas de reconhecer que não existe uma única vertente ou experiência universal dentro do próprio movimento. É preciso considerar a pluralidade de experiências, especialmente aquelas historicamente silenciadas.

Em seu livro *Mulheres e poder*: um manifesto, a autora Mary Beard (2018), traz a imagem a seguir, retratando a considerada Primeira Feminista Negra, Sojourner Truth. Nessa, a aparência da Sojourner não remete a figura de uma radical feminista, mas sim de uma “venerável senhora”, um tanto sedada, aponta Beard (2018). O que inquieta pensar: Com que intenção e interesse realizaram justo essa captura de imagem para simbolizar uma feminista tão potente?

Os registros contam histórias, dessas as representações “configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (Serge Berstein, 2009, p. 21-22). Desse modo, é possível perceber na figura o movimento que tentaram realizar com a imagem da Soujourner: de uma senhora dócil, tranquila, o que permite refletir sobre os apontamentos de Gonzalez (2020) citada em linhas anteriores, sobre o estereótipo criado sobre a população negra.

FIGURA 1: Sojourner Truth ou Isabella Baumfree



Fonte: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/sojourner-truth-photos>

Hartman (2021) aponta para a importância de refletir sobre as possibilidades de narrar histórias de mulheres para além do que foi deixado nos arquivos oficiais. Trata-se de alcançar indícios, vestígios, pistas, fiapos, detalhes – por menores que sejam- que possam dar continuidade à experiência vivida por essas mulheres, mesmo quando os registros forem escassos, como uma fotografia, por exemplo. Nesse sentido, trago trechos retirados da internet do discurso proferido pela Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio:

Não sou uma mulher?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? [...].

Enquanto mulher negra, feminista, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres, Sojourner Truth denuncia, em seu discurso, a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista. Ela chama atenção para a questão de que mulheres negras sempre trabalharam – muitas vezes como amas de leite, cozinheiras ou executando trabalhos braçais- e, portanto, não compartilhavam das mesmas experiências e reivindicações das mulheres brancas.

Diante disso, cabe questionar: que tipo de feminismo era aquele defendido pelas mulheres? Quais pautas realmente as interessavam naquele momento histórico? A intersecção entre raça e gênero era negligenciada, invisibilizando as especificidades das experiências de mulheres negras. Retornar a imagem da Truth como uma figura parada, passiva, quase “sedada” (Beard, 2018) nos leva a refletir criticamente sobre as formas como as figuras históricas negras são representadas. Será essa a imagem mais adequada de Sojourner Truth a ser reproduzida nos livros? Ou será uma tentativa de neutralizar sua potência, sua experiência e seu papel ativo nas lutas sociais?

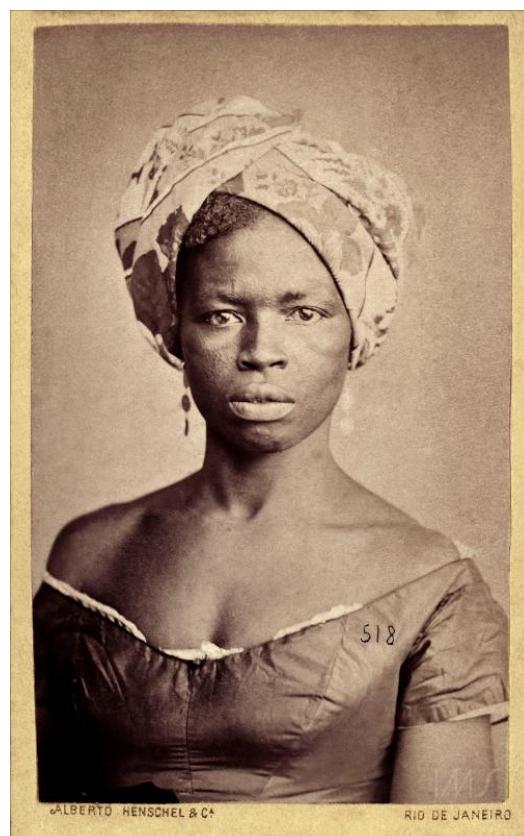
A representação de Sojourner Truth como uma figura passiva, como menciona Beard (2018), levanta questões pertinentes sobre como a história molda – e muitas vezes distorce – as imagens da população negra que desafiaram as estruturas de poder. Promover uma imagem de Truth suavizada, domesticada, encaixada em uma moldura confortável, pode ter sido uma tentativa de apagar o incômodo que ela representava para as estruturas racistas e patriarcais. Essas representações não são neutras. Elas fazem parte de um projeto de silenciamento e apagamento.

“Como a narrativa pode encarar a vida em palavras e, ao mesmo tempo, respeitar o que não podemos conhecer?” (Hartman, 2021, p. 108). A autora nos instiga a refletir sobre as palavras utilizadas em narrativas que encerram vidas, ressaltando a importância de respeitar aquilo que permanece desconhecido. A partir dessa provocação, coloco-me a pensar sobre certas imagens e os discursos que as acompanham, na tentativa de remexer o que tem sido constantemente disseminado sobre mulheres negras. Quais narrativas estão sendo construídas sobre elas? Quem registra essas histórias? E de que forma o que é produzido e reproduzido contribui para sua representação? Com base nisso, trago a seguir duas imagens, apresentadas em sequência, com o objetivo de provocar algumas inquietações e abrir espaços para novas interpretações:

FIGURA 2: Rainha Tereza de Benguela?**Fonte:**

https://www.facebook.com/DefensoriaRO/photos/a.269621446404980/3404205246279902/?type=3&_rd

I

FIGURA 3: Luiza Mahin?

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=erro-de-identificacao>

Não se trata da mesma imagem? Por que ela é utilizada para representar duas mulheres com histórias diferentes? Afinal, quem é a mulher do turbante, retratada na fotografia produzida por Alberto Henschel? Na figura 2, vemos essa mesma imagem associada a Rainha Tereza De Benguela, compondo uma campanha alusiva ao 25 de julho - Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra- promovida por uma defensoria pública e por um núcleo de promoção e defesa dos direitos das mulheres. Surge então a pergunta: Não houve o questionamento sobre a imagem da mulher negra utilizada nessa campanha? Ou será que, para certas percepções, qualquer imagem de mulher negra pode representar a Tereza?

A utilização da mesma imagem para representar personagens históricas diferentes é extremamente problemática, representando uma homogeneização das representações de mulheres negras. Esse apagamento sutil, reforça a ideia de que a individualidade dessas mulheres é irrelevante. O problema se manifesta na ausência de rigor histórico, e sobretudo no descuido com as subjetividades das experiências de mulheres negras. A reprodução dessas imagens por instituições públicas de forma irrefletida, reforça a necessidade urgente de repensar a construção da memória da população negra, contemplando suas identidades e sua representatividade. Como romper com a repetição de imagens genéricas que contribuem para a permanência de estereótipos e apagamentos?

Conhecida também como Rainha Teresa, essa mulher negra marcou a história do Brasil. Grande estrategista e dirigente política à frente do Quilombo de Quariterê, no território que hoje corresponde ao Vale do Guaporé, Mato Grosso. Rainha Tereza estabeleceu uma forma de governar que funcionava à semelhança de um parlamento, com deputados, um conselheiro, reuniões e uma sede, como atestam documentos da época. O Quilombo existiu de 1730 a 1795, e a liderança de Benguela vigorou até 1770, quando foi presa e morta pelo Estado (Matilde Ribeiro, 2022, p. 7).

Na figura 3, temos outra imagem, bem semelhante a da figura 2, mas agora associada a Luísa Mahin, mãe do poeta, advogado e abolicionista Luiz Gama, e liderança da Revolta dos Malês, um dos maiores levantes de escravizados promovidos no Brasil, em Salvador, em 1835 (Letícia Ferreira Rocha, 2023). A autora aponta que a historiografia nacional desconsiderou por muitos anos a existência da Luiza Mahin, ou mesmo colocando essa existência sob suspeita. Foi a carta escrita por Luiz Gama (seu filho) que recolocou Luiza no cenário histórico brasileiro.

Trago, junto a Ferreira Rocha (2023) alguns apontamentos sobre a carta. Nela, Luiz Gama sinaliza ser filho de uma negra africana livre, de nome Luiza Mahin. Segundo ele, ela era de estatura baixa, magra, bonita, de pele preta retinta e de dentes brancos como neve. Além disso, Luiz Gama destaca que sua mãe era quitandeira e muito trabalhadora, desenvolvendo esse trabalho nas ruas da Bahia. Desdobrar esta carta, proporcionando um recontar não só da história de Luiza Mahin, mas também de muitas mulheres negras que foram invisibilizadas, apagadas e esquecidas pela história, mostra-se urgente. Afinal, e a mulher negra fotografada- quem seria?

Procedimentos Metodológicos

Parti de uma perspectiva pós-estruturalista e seus desdobramentos contemporâneos, com sensibilidade analítica da fabulação crítica. “O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita” (Michael Peters, 2000, p.28). Longe de pretender trazer verdades ou certezas absolutas e universais, adotar a perspectiva pós-estruturalista - bem como seus desdobramentos- permite declarar escolhas, tanto teóricas quanto políticas, por meio da escrita.

Com um movimento de reparar a violência presente em arquivos que foram criados a partir de vidas que foram apagadas, como as de pessoas escravizadas, por exemplo, a fabulação crítica é um método de escrita que combina pesquisa histórica rigorosa com ficção, para reconstruir narrativas sobre vidas silenciadas ou violentadas. A fabulação crítica também é uma forma de romper o silêncio e realizar um movimento de contra-história.

A autora Saidiya Hartman (2021) é um exemplo de quem usa a fabulação crítica em suas obras. Combinando pesquisa histórica com imaginação, Hartman recorre a esse método para preencher as lacunas deixadas pela história oficial e dos documentos que, muitas vezes, omitiram ou distorceram a experiência das pessoas negras. O resultado é uma prosa poética que transita entre o ensaio e a literatura, criando possibilidades de dizer o indizível.

Unindo duas palavras que parecem opostas, ela localiza o fabular no campo da imaginação política; e situa a crítica, não como uma prática de hierarquização que nomeia, categoriza e constrói cânones e narrativas hegemônicas, mas a partir de uma perspectiva de desenvolver

uma criticidade em torno do material de arquivo (Aline Motta, 2021, p. 333)

Os arquivos que utilizei foram imagens de mulheres negras retiradas da internet, que, historicamente, tiveram – e ainda têm – influência nos discursos proferidos sobre elas. Utilizei dessa fabulação crítica para promover novas reflexões acerca dos discursos sobre as personagens históricas que apareceram ao longo desta escrita, bem como para movimentar possibilidades de recriação de discursos outros, percebendo as lacunas, possíveis falhas e abismos ressaltados nos discursos desses arquivos/ imagens, prosando e poetizando na escrita recriada.

Concordo com Adiche (2019) quando ela diz que muitas histórias importam. E, da mesma forma que as histórias foram usadas para deslegitimar e desprestigar, elas podem ser usadas para empoderar e humanizar pessoas, reparando essa dignidade que, através dos discursos únicos, foi despedaçada. Contemos outras histórias.

Considerações Finais

O desafio de finalizar uma escrita se faz necessário nesse momento. A proposta de refletir sobre a construção da “história única” das mulheres negras e seus desdobramento se fez pertinente por abordar movimentos de repensar a história, dita, escrita e fotografada, movimentando questões que foram emergindo com as provocações da Disciplina História e Poder, bem como nas leituras de autores e autoras que pesquisam sobre e com pessoas negras, e em especial nesta escrita, pesquisas sobre e com mulheres negras.

Trazer as contribuições, mesmo que breves, de autores e autoras do campo da História, foi de suma importância para que, junto a eles e elas, eu pudesse encontrar com a fabulação crítica (Hartman, 2021), na tentativa de abordar questões e buscar na própria história outras possibilidades de contar os acontecimentos, colocando em dúvida aquilo que está posto, promovendo outros movimentos. Se a história pode ser recriada, que as pesquisas possam ser trazidas, lidas e sentidas de outras formas, para que tenhamos possibilidade de desconstruir o viés da “história única”. Não vamos desconsiderar o que já foi produzido, mas sinto que há ainda uma necessidade de mostrar aquilo que também já foi produzido sobre as pessoas que não tem os “grandes nomes”, principalmente seus saberes, suas produções acadêmicas, seus cantos, suas crenças, de modo a potencializá-las e fazer emergir novas formas de histórias.

Recriar histórias, ou mesmo ter a possibilidade de contar de outros modos pode promover uma nova forma de aproximação com histórias invisibilizadas, apagadas ou mesmo esquecidas pela “história única”. Dessa forma, questionar as imagens de livros didáticos, ou mesmo da internet, recontar junto as/-aos discentes as histórias, enfatizando aqui de mulheres negras, pode promover um maior campo de humanização, valorização e legitimação dessas mulheres enquanto também protagonistas da história, criando uma outra história, um outro sentido, trazendo seus processos também de resistências, de lutas, de alegrias. Movimentos de existência e de resistências precisam estar nos debates e nas pesquisas sobre e com pessoas negras. Que possamos escrever em primeira pessoa, assumindo nosso lugar de pesquisadores. Criemos nossas histórias.

Referências

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BEARD, Mary. **Mulheres e poder:** Um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BERSTEIN, Serge. Cultura Política In: AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. BICALHO, Maria Fernanda. KNAUSS, Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009
- BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, R. N. Nicoletti et alii (Org.). **Dimensões da Política na historiografia.** Campinas: Pontes,2006.
- FERREIRA ROCHA, L. Luiza Mahin, mãe, mulher, rebelde e libertária. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 72–81, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/9159> . Acesso em: 3 nov. 2024.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, C.; ARIAS, A.; PATERNIANI, S.Z. **Pensamento negro radical.** São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021.

MOTTA, Aline. A água é uma máquina do tempo. **Lyra: Revista da Rede Internacional Lyracompoetics**, n. 18, p. 333-337, 2021.

PETERS, Michael. **Pós- Estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p.1-18, 2022.

Referências da imagens:

Figura 1: Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/sojourner-truth-photos>. Acesso em 03/11/2024, as 16:09.

Figura 2: Disponível em: https://www.facebook.com/DefensoriaRO/photos/a.269621446404980/3404205246279902/?type=3&_rdr. Acesso em 28/10/2024, as 13:30.

Figura 3: Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=erro-de-identificacao>. Acesso em 25/10/2024, as 16: 15.



Recebido em março de 2025.

Aprovado em julho de 2025.